

PREGÃO ELETRÔNICO

90002/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)
(153074)

OBJETO

Aquisição de ração animal para suprir as demandas dos Laboratórios do CCHSA/CAVN da UFPB.

[registro de preços]

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 997.243,13

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 12/05/2026 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1.	DO OBJETO	3
2.	DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4.	<i>DO ORÇAMENTO ESTIMADO</i>	<i>5</i>
5.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
6.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
7.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
8.	DA FASE DE JULGAMENTO	11
9.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	13
10.	DO TERMO DE CONTRATO	15
11.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	15
12.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	16
13.	DOS RECURSOS	16
14.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	17
15.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	19
16.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	19

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026
(Processo Administrativo nº23074.007707/2026-28)

Torna-se público que o(a) Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias da Universidade Federal da Paraíba, por meio do(a) Comissão Permanente de Licitação, sediado(a) à Rua João Pessoa, s/n, Campus Universitário III, Bananeiras-PB, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de ração animal para suprir as demandas dos Laboratórios do CCHSA/CAVN da UFPB, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em 51 itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.6. Com exceção dos itens 03,, 33, 37 e 46, para todos os demais itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.13.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 *valor unitário e total do item;*

6.1.2 *marca;*

6.1.3 *fabricante;*

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer

tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (Um centavo) para os itens 17, 18, 26 e 40, e de R\$ 0,20 (vinte centavos) para os demais itens.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira

colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.20.3 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1 empresas brasileiras;

7.21.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **3 (três) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1 conter vícios insanáveis;

- 8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 8.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.7.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 8.7.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

- 8.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.11.2 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.11.3 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.11.4 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por documento eletrônico com autenticação digital.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **03 (três horas)**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **03 (três horas)**, para:

9.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **10 (dez)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05 (cinco)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CadIn e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1 A existência de registro no CadIn constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sipac.ufpb.br/public/jsp/portal.jsf>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item

14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail institucional: cpl@cchsa.ufpb.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://cchsa.ufpb.br/cchsa/colecoes/editais>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2 Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3 Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

Bananeiras, 28 de abril de 2026.

FABRÍCIA SOUSA MONTENEGRO
Diretora de Centro

CENTRO DE CIÊNCIA HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS

Termo de Referência 6/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	153074-CENTRO DE CIÊNCIA HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS	FILIPPE YELSIN SOARES DE MORAES	27/04/2026 21:21 (v 0.12)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	34/2026	23074.007707/2026-28

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de ração animal para suprir as demandas dos Laboratórios do CCHSA/CAVN da UFPB, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Núcleo para suíno em fase de gestação e lactação. Deve conter os seguintes ingredientes: Farinha de Carne e Ossos de Bovino, Calcário Calcítico, Fosfato Bicálcico, Cloreto de Sódio, Vitamina A, Vitamina D3, Vitamina E, Vitamina K3, Vitamina B1, Vitamina B2, Vitamina B6, Vitamina B12, Ácido Fólico, Pantotenato de Cálcio, Biotina, Cloreto de Colina, Ácido Nicotínico, Sulfato de Cobre, Sulfato de Ferro, Iodato de Cálcio, Sulfato de Manganês, Selenito de Sódio, Óxido de Zinco, Etoxiquin, Caulim, Aditivo Enzimático (6-Fitase (Trichoderma reesei – CBS 126897). Níveis de garantia: Cálcio (mín) 175g/kg (17.5%), Cálcio (máx) 210g/kg (21%), Fósforo (mín) 20g/kg (2%), Sódio (mín) 45g/kg, Fitase (mín) 12500FTU/kg, Vitamina A (mín) 200000UI/kg, Vitamina D3 (mín) 43750UI/kg, Vitamina E (mín) 1000UI/kg, Vitamina	233943	Saco de 25 kg	20	R\$ 228,75	R\$ 4.575,00

	<p>K3 (mín) 75mg/kg, Vitamina B1 (mín) 31.25mg/kg, Vitamina B2 (mín) 100mg/kg, Vitamina B6 (mín) 50mg/kg, Vitamina B12 (mín) 500mcg/kg, Ácido Fólico (mín) 31.25mg/kg, Ácido Pantotênico (mín) 468.75mg/kg, Biotina (mín) 3.125mg/kg, Colina (mín) 7500mg/kg, Niacina (mín) 875mg/kg, Cobre (mín) 264mg/kg, Ferro (mín) 2000mg/kg, Iodo (mín) 19.8mg/kg, Manganês (mín) 990mg/kg, Selênio (mín) 9.9mg/kg, Zinco (mín) 2640mg/kg, Flúor (máx) 200mg/kg. Fornecida em embalagem própria de 15 kg, conforme instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Atende ao Item 01 do DFD (Suinocultura).</p>					
02	<p>Ração pronta farelada Suínos em fase de Lactação. Formulada com Milho, Farelo de Soja, Minerais, Vitaminas e Aditivos. Com 18% de proteína bruta (PB). Desenvolvida para suínos na fase de lactação/aleitamento dos leitões. Deve conter a seguinte composição: Milho, Farelo de Soja, Calcário Calcítico, Fosfato Bicálcico, Cloreto de Sódio (Sal Comum), Veículo Q.S.P. (Caulim), Óxido de Zinco, Sulfato de Cobre, Sulfato de Ferro, Monóxido de Manganês, Iodato de Cálcio, Selenito de Sódio, Ácido Fólico, Biotina, Pantotenato de Cálcio, Aditivo Enzimático , Piridoxina, Riboflavina, Tiamina, Retinol, Colecalciferol, Tocoferol, Bissulfito de Menadiona Nicotinamida, Cianocobalamina, Bacitracina de Zinco, Adsorvente de Micotoxinas (Bentonita, Parede Celular de Levedura, Extrato de Cardo Mariano e Ativadores de Adsorção), Antioxidante (BHT, Etoxiqum, BHA, Ácido Propiônico) e Niacina. Garantir os seguintes níveis: Umidade (Máx) 130,00 g/kg Proteína Bruta (Mín) 180,00 g/kg Extrato Etéreo (Mín) 30,00 g/kg Matéria Mineral (Máx) 77,00 g/kg Fibra Bruta (Máx) 42,00 g/kg Cálcio (Mín) 12,00 g/kg Cálcio (Máx) 19,00 g/kg Fósforo (Mín) 5.000,00 mg/kg Sódio (Mín) 1.700,00 mg/kg Potássio (Mín) 6.900,00</p>	233670	Saco de 40 kg	329	R\$ 162,15	R\$ 53.347,35

	<p>mg/kg Magnésio (Mín) 1.500,00 mg/kg Enxofre (Mín) 1.600,00 mg/kg Fitase (Mín) 500,00 ftu/g Zinco (Mín) 89,00 mg /kg Cloro (Mín) 490,00 mg/kg Cobre (Mín) 8,50 mg/kg Ferro (Mín) 89,00 mg /kg Manganês (Mín) 35,00 mg/kg Iodo (Mín) 0,62 mg/kg Selenio (Mín) 0,36 mg /kg Colina (Mín) 320,00 mg/kg Biotina (Mín) 0,09 mg/kg Ácido Pantotênico (Mín) 20,90 mg/kg Vitamina A (Mín) 5.250,00 UI/kg Vitamina D3 (Mín) 1.260,00 UI/kg Vitamina E (Mín) 31,50 UI/kg Niacina (Mín) 40,00 mg/kg. Fornecida em embalagem própria de 40 kg, conforme instrução normativa 22 /2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Atende ao Item 02 do DFD (Suinocultura)</p>					
03	<p>Ração pronta peletizada suino fase de reprodução deve conter os seguintes ingredientes: Farelo de soja (<i>Agrobacterium sp.</i>), milho integral moído (<i>Agrobacterium tumefaciens</i>), sulfato de ferro, ácido nicotínico, carbonato de cálcio, fitase, ácido fólico, carbo- amino-fosfoquelato de cobre, sulfato de cobre, vitamina K3, cloreto de sódio (sal comum), carboamino-fosfoquelato de manganês, sulfato de zinco, iodato de cálcio, vitamina A, vitamina E, vitamina B2, vitamina B12, sulfato de manganês, vitamina B6, carbo-amino-fosfoquelato de cromo, biotina, carbo-amino-fosfoquelato de ferro, vitamina B1, carbo- amino-fosfoquelato de zinco, fosfato bicálcico, carboamino-fosfoquelato de selênio, vitamina D3, pantotenato de cálcio. Deve garantir os seguintes níveis de garantias por kg: Ácido fólico (Mín): 0,800 mg, ácido nicotínico (Mín): 16,000 mg, ácido pantotênico (Mín): 20,000 mg, biotina (Mín): 0,120 mg, cálcio (Máx): 6000,00 mg, cálcio (Mín): 4000,00 mg, cobre (Mín): 109,000 mg, cromo (Mín): 0,100 mg, energ. Metab. (Mín): 2800,00 kcal /kg, extrato estéreo. (Mín): 30,000 g, ferro (Mín): 62,400 mg, fibra bruta (Mín): 29,000 g, fitase (Mín): 2000,000 FYt, flúor (Máx): 10,000 mg, fósforo (Mín):</p>	265575	Saco de 40 kg	679	R\$ 139,12	R\$ 94.462,48

	3700,00 mg, iodo (Mín): 1,050 mg, lisina (Mín): 9,000 mg, manganês (Mín): 34,000 mg, matéria mineral (Mín): 26,000 g, metionina (Mín): 2900,000 mg, proteína bruta(Mín): 180,0000 mg, selênio(Mín): 0,200 mg, sódio (Mín): 1500,000 mg, vitamina A (Mín): 5600,000UI, vitamina B1(Mín): 1,600 mcg, vitamina B12 (Mín): 24,000mcg, vitamina B2 (Mín): 5,600 mg, vitamina B6 (Mín): 2,000 mg, vitamina D3 (Mín): 3200,000 UI, vitamina E (Mín): 48,000 UI, vitamina K3 , (Mín):1,600 mg, zinco (Mín): 69,000 mg. Deve vir em embalagem apropriada de 40 kg, conforme instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Atende ao Item 03 do DFD (Suinocultura).					
04	Ração pronta peletizada suíno fase inicial deve conter os seguintes ingredientes: Farelo de soja (<i>Agrobacterium sp.</i>), milho integral moído (<i>Agrobacterium tumefaciens</i>), vitamina K3, iodato de cálcio, carbo-amino-fosfoquelato de selênio, sulfato de manganês, vitamina B2, ácido nicotínico, pantotenato de cálcio, l-lisina, ácido fólico, Fítase, sulfato de cobre, vitamina D3, vitamina E, sulfato de ferro, carbo-amino-fosfoquelato de cobre, vitamina B12, carbo-amino-fosfoquelato de manganês, carbo-aminofosfoquelato de zinco, vitamina B1, biotina, vitamina B6, sulfato de zinco, carbo-amino-fosfoquelato de ferro, vitamina A, cloreto de sódio (sal comum), fosfato bicálcico, carbonato de cálcio. Deve garantir os seguintes níveis de garantias por kg: Ácido fólico (Mín): 0,960 mg, ácido nicotínico (Mín): 19,200 mg, ácid pantotênico (Mín): 24,000 mg, biotina(Mín): 0,140 mg, cálcio (Máx): 7000,00 mg, cálcio (Mín): 5000,00 mg, cobre(Mín): 130,000 mg, cromo (Mín): 0,120 mg, energ. Metab. (Mín): 3202,280 kcal/kg, ferro (Mín): 74,000 mg, fibra bruta(Mín): 30,000 g, fitase (Mín): 2400,000 FYt, flúor (Máx): 10,000 mg, fósforo(Mín): 3900,00 mg, iodo (Mín): 1,260 mg, lisina(Mín): 9,700 mg, manganês (Mín): 41,000 mg, matéria mineral (Mín): 27,000 g, proteína bruta(Mín): 190,0000 mg, selênio(Mín): 0,240 mg, sódio (Mín):	246375	Saco de 40 kg	317	R\$ 191,19	R\$ 60.607,23

	1800,000 mg, vitamina A (Mín): 6720,000 UI, vitamina B1(Mín): 1,920 mcg, vitamina B12 (Mín): 28,800mcg, vitamina B2 (Mín): 6,720 mg, vitamina B6 (Mín): 2,400 mg, vitamina D3 (Mín):3840,000 UI, vitamina E (Mín): 57,600 UI, vitamina K3 , (Mín): 1,920 mg, zinco (Mín): 82,800 mg. Deve vir em embalagem apropriada de 40 kg, conforme instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Atende ao Item 04 do DFD (Suinocultura).					
05	Ração pronta suíno pré-inal deve conter milho moido e farelo de soja, misturados ao na seguinte proporção: 40% de milho moído, 40% de Nucleus e 20% de farelo de soja. Deve conter os seguintes taxas de garantias: Umidade (máx) 120g/kg (12%), Proteína Bruta (mín) 190g/kg (19%), Extrato Etéreo (mín) 50g/kg (5%), Matéria Fibrosa (máx) 10g /kg (1%), Matéria Mineral (máx) 130g/kg (13%), Cálcio (mín) 18.5 g/kg (1.85%), Cálcio (máx) 20g /kg (2%), Fósforo (mín) 6500 mg/kg (0.65%), Sódio (mín) 6000 mg/kg, Metionina (mín) 5800mg/kg, Lisina (mín) 21g/kg, Treonina (mín) 11 . 5 g/ kg, Mananoligossacarídeos (mín) 960mg /kg, 6 Fitase (mín) 1250FTU/kg, Vitamina A (mín) 25600 UI/kg, Vitamina D3 (mín) 5600UI/kg, Vitamina E (mín) 125UI/kg, Vitamina K3 (mín) 9.6 mg/kg, Vitamina B1 (mín) 4mg/kg, Vitamina B2 (mín) 12.8 mg /kg, Vitamina B3 (mín) 112 mg/kg, Vitamina B5 (mín) 60 mg/kg, Vitamina B6 (mín) 6.4mg/kg, Vitamina H (Vitamina B7) (mín) 0.4mg/kg, Vitamina B9 (mín) 4mg/kg, Vitamina B12 (mín) 64 mcg/kg, Colina (mín) 625 mg/kg, Cobre (mín) 32mg/kg, Ferro (mín) 225 mg/kg, Iodo (mín) 2.4 mg/kg, Manganês (mín) 120 mg /kg, Selênio (mín) 1.2 mg/kg, Zinco (mín) 7000 mg/kg, Flúor (máx) 65mg/kg, Halquinol 300 mg/kg. Deve vir em sacas próprias de 40 kg, conforme instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Atende ao Item 05 do DFD (Suinocultura).	233795	Saco de 40 kg	64	R\$ 212,34	R\$ 13.589,76
06	Ração para alevinos de peixes em pó extrusado fino, com: proteína bruta mínima	296789	Saco de 25 kg	44	R\$ 194,00	R\$ 8.536,00

	de 52%; umidade máxima de 10%; extrato etéreo mínimo de 4%; matéria fibrosa máxima de 6%; matéria mineral máxima de 18%; cálcio máximo de 5%; fósforo mínimo de 1,4%. Enriquecida com vitaminas e minerais. Informações adicionais: Fornecer em sacos de 25 kg e está em conformidade com instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Atende ao Item 06 do DFD (Aquicultura) e Atende ao Item 23 do DFD (Ranicultura).					
07	Ração para peixes em fase inicial, extrusada, diâmetro de 1,5 – 2 mm, com: proteína bruta mínima de 40%; umidade máxima de 10%; extrato etéreo mínimo de 4%; matéria fibrosa máxima de 6%; matéria mineral máxima de 15%; cálcio máximo de 5%; fósforo mínimo de 1,5%. Enriquecida com vitaminas e minerais. Informações adicionais: Fornecer em sacos de 25 kg e está em conformidade com instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Atende ao Item 07 do DFD (Aquicultura).	414385	Saco de 25 kg	20	R\$ 216,42	R\$ 4.328,40
08	Ração para peixes em fase de recria, extrusada, diâmetro de 2 – 4 mm, com: proteína bruta mínima de 35%; umidade máxima de 10%; extrato etéreo mínimo de 4%; matéria fibrosa máxima de 6%; matéria mineral máxima de 15%; cálcio máximo de 5%; fósforo mínimo de 1,5%. Enriquecida com vitaminas e minerais. Informações adicionais: Fornecer em sacos de 25 kg e está em conformidade com instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. (Aquicultura). Atende ao Item 08 do DFD (Aquicultura).	414383	Saco de 25 kg	30	R\$ 130,16	R\$ 3.904,80
09	Ração para peixes em fase de engorda, extrusada, diâmetro de 4 – 6 mm, com: proteína bruta mínima de 32%; umidade máxima de 10%; extrato etéreo mínimo de 6%; matéria fibrosa máxima de 7%; matéria mineral máxima de 13%; cálcio máximo de 3%; fósforo mínimo de 0,5%. Enriquecida	298909	Saco de 25 kg	120	R\$ 116,90	R\$ 14.028,00

	com vitaminas e minerais. Informações adicionais: Fornecer em sacos de 25 kg e está em conformidade com instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. (Aquicultura). Atende ao Item 09 do DFD (Aquicultura).					
10	Ração para peixes em fase de engorda, extrusada, diâmetro de 6 – 8 mm, com: proteína bruta mínima de 32%; umidade máxima de 10%; extrato etéreo mínimo de 6%; matéria fibrosa máxima de 7%; matéria mineral máxima de 13%; cálcio máximo de 3%; fósforo mínimo de 0,5%. Enriquecida com vitaminas e minerais. Informações adicionais: Fornecer em sacos de 25 kg e está em conformidade com instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Atende ao Item 10 do DFD (Aquicultura).	453430	Saco de 25 kg	500	R\$ 95,00	R\$ 47.500,00
11	Ração para peixes Carnívoros em fase de engorda, forma física extrusado, diâmetro de 14 – 20 mm, com: proteína bruta mínima de 28%; umidade máxima de 10%; extrato etéreo mínimo de 100 g/kg; matéria fibrosa máxima de 45 g/kg; matéria mineral máxima de 130 g/kg; cálcio mínimo de 10 g/kg e máximo de 25 g/kg; fósforo mínimo de 10 g/kg e vitamina C mínimo de 600 mg/kg. Enriquecida com vitaminas e minerais. Informações adicionais: Fornecer em sacos de 25 kg e está em conformidade com instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. (Atende ao Item 11 do DFD) (Aquicultura).	232103	Saco de 25 kg	120	R\$ 167,68	R\$ 20.121,60
12	Ração para peixes; peletes de 2 - 3 mm; extrusada; para espécie carnívora. Níveis de Garantia: Proteína Bruta de 45%; Umidade máxima de 12,0%; Extrato Etéreo (mín.) de 8,0%; Vitaminas (min) 600 mg/kg. Validade de 06 meses após a data de entrega. Fornecer em sacos de 25 kg, devendo está em conformidade com instrução normativa 22 /2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações	268026	Saco de 25 kg	8	R\$ 217,63	R\$ 1.741,04

	posteriores. Atende ao Item 24 do DFD (Ranicultura).					
13	Ração para peixes; peletes de 4 - 6 mm; extrusada; para espécie carnívora. Níveis de Garantia: Proteína Bruta de 45%; Umidade máxima de 12,0%; Extrato Etéreo (mín.) de 10%. Fornecer em sacos de 25 kg, devendo está em conformidade com instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Atende ao Item 25 do DFD (Ranicultura) e Atende ao Item 26 do DFD (Ranicultura).	411813	Saco de 25 kg	91	R\$ 286,18	R\$ 26.042,38
14	"Ração para pós-larvas de camarões, peletizada e apresentada na forma de partículas desintegradas, diâmetro de 1 – 1,6 mm, com: proteína bruta mínima de 40%; umidade máxima de 10%; extrato etéreo mínimo de 6%; matéria fibrosa máxima de 7%; matéria mineral máxima de 15%; cálcio máximo de 5%; fósforo mínimo de 0,5%. Enriquecida com vitaminas e minerais. Informações adicionais: O prazo de validade da ração não poderá ser inferior a 4 meses no momento da entrega, podendo a entrega ser fracionada de acordo com a necessidade do Laboratório solicitante. Fornecer em sacos de 25 kg, devendo está em conformidade com instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Atende ao Item 29 do DFD (Carcinocultura) e Atende ao Item 54 do DFD (Carcinocultura).	623707	Saco de 25 kg	13	R\$ 184,42	R\$ 2.397,46
15	Ração para camarões, em fase de engorda, extrusada e apresentada na forma de partículas com diâmetro de 1,7 – 3 mm, com: proteína bruta mínima de 35%; umidade máxima de 10%; extrato etéreo mínimo de 7%; matéria fibrosa máxima de 5%; matéria mineral máxima de 15%; cálcio máximo de 5%; fósforo mínimo de 0,5%. Enriquecida com vitaminas e minerais. Informações adicionais: Fornecer em sacos de 40 kg e está em conformidade com instrução normativa 22 /2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações	261918	Saco de 25 kg	64	R\$ 183,00	R\$ 11.712,00

	posteriores. Atende ao Item 30 do DFD (Carcinocultura).					
16	Farelo de trigo. Com níveis de garantia que incluem umidade máxima de 13,5% e proteína bruta mínima de 14%. Livre de impurezas e inseta de mofo. Características adicionais: ensacado em embalagem própria de 30 kg. Fornecer em sacos de 30 kg e está em conformidade com instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Atende ao Item 27 do DFD (Ranicultura)	293606	Saco de 30 kg	48	R\$ 65,00	R\$ 3.120,00
17	Óleo de soja refinado ou degomado (líquido a temperatura ambiente), Ingrediente utilizado especificamente para alimentação animal. Validade mínima de 12 meses no ato da entrega. Embalagem de 900 ml ou balde de 20 L. Fornecer em volume de 900 mL e está em conformidade com instrução normativa 22 /2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Atende ao Item 12 do DFD (Aquicultura)	416665	Litro	36	R\$ 11,49	R\$ 413,64
18	Sal tipo comum NaCl (moído e iodado). Fornecer em sacos contendo embalagens individuais de 1kg. Validade mínima 12 meses no ato da entrega. Fornecer em sacos de 1 kg ou de 20 kg está em conformidade com instrução normativa 22 /2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Atende ao Item 12 Atende ao Item 13 do DFD (Aquicultura)	291893	Kg	100	R\$ 1,54	R\$ 154,00
19	Cistos de artemia seco, características adicionais: taxa de eclosão maior que 75%. Fornecer em sacos de 1 kg e está em conformidade com instrução normativa 22 /2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Atende ao Item 32 do DFD (Aquicultura)	286132	Kg	5	R\$ 718,15	R\$ 3.590,75
20	Ração pronta triturada isenta de ingredientes de origem animal para	265558	Saco de 40 kg	85	R\$ 150,00	R\$ 12.750,00

	<p>galinhas poedeiras em fase de crescimento (8 a 16 semanas de idade). Os ingredientes fundamentais contidas nessa ração são milho moído e farelo de soja, com os seguinte níveis de garantia: Umidade (máx.): 120 g; Proteína Bruta (mín.): 180 g /kg; Fibra Bruta (máx.): 80 g; Extrato Etéreo (mín.): 40 g; Matéria Mineral (máx.): 90 g; Cálcio (máx.): 15 g; Cálcio (mín.): 9.000 mg; Fósforo (mín.): 4.500 mg; Sódio (mín.): 1.600 mg; Metionina (mín.): 3.600 mg; Lisina (mín.): 9.000 mg; Vitamina A (mín.): 8.000; UI Vitamina D3 (mín.): 2.000 UI; Vitamina E (mín.): 12 UI Vitamina B1 (mín.): 1,95 mg Vitamina B2 (mín.): 4,8 mg Vitamina B3 (mín.): 28 mg Vitamina B5 (mín.): 12 mg; Vitamina B6 (mín.): 2,6 mg; Biotina (mín.): 0,05 mg; Colina (mín.): 250 mg Ácido Fólico (mín.): 0,8 mg; Vitamina B12 (mín.): 10 µg Vitamina K3 (mín.): 2 mg; Ferro (mín.): 50 mg; Cobre (mín.): 12 mg; Zinco (mín.): 60 mg; Manganês (mín.): 80 mg Iodo (mín.): 1 mg; Selênio (mín.): 0,24 mg 6-Fitase (mín.): 500 FTU. Fornecer em sacos de 40 kg e está em conformidade com instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Atende ao Item 14 do DFD (Avicultura) e Atende ao Item 28 do DFD (Ranicultura).</p>					
21	<p>Ração pronta triturada isenta de ingredientes de origem animal para galinhas de poedeiras na fase inicial (1 a 7 semanas de idade). Os ingredientes fundamentais contidas nessa ração são milho moído e farelo de soja, com os seguinte níveis de garantia: Umidade (máx.): 120 gm Proteína Bruta (mín.): 220 g/kg; Fibra Bruta (máx.): 50 g Extrato Etéreo (mín.): 40 g Matéria Mineral (máx.): 80 g Cálcio (máx.): 15 g Cálcio (mín.): 9.800 mg Fósforo (mín.): 4.500 mg Sódio (mín.): 1.600 mg Metionina (mín.): 5.000 mg Lisina (mín.): 11,5 g Vitamina A (mín.): 8.000 UI Vitamina D3 (mín.): 2.000 UI Vitamina E (mín.): 12 UI Vitamina B1 (mín.): 1,95 mg Vitamina B2 (mín.): 4,8 mg Vitamina B3 (mín.): 28 mg Vitamina B5 (mín.): 12 mg Vitamina B6 (mín.): 2,6 mg Biotina (mín.): 0,05 mg</p>	320939	Saco de 40 kg	37	R\$ 205,04	R\$ 7.586,48

	<p>Ácido Fólico (mín.): 0,8 mg Vitamina B12 (mín.): 10 µg Vitamina K3 (mín.): 2 mg Ferro (mín.): 50 mg Cobre (mín.): 12 mg Zinco (mín.): 60 mg Manganês (mín.): 80 mg Iodo (mín.): 1 mg Selênio (mín.): 0,24 mg 6-Fitase (mín.): 500 FTU. Fornecer em sacos de 40 kg e está em conformidade com instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Atende ao Item 15 do DFD (Avicultura)</p>					
22	<p>Ração pronta triturada isenta de ingredientes de origem animal para frango de corte na fase inicial (1 a 7 dias de idade). Os ingredientes fundamentais contidas nessa ração são milho moído e farelo de soja com os seguinte níveis de garantia: Umidade (máx.): 120 gm; Proteína Bruta (mín.): 220 g /kg; Fibra Bruta (máx.): 50 g Extrato Etéreo (mín.): 40 g Matéria Mineral (máx.): 80 g Cálcio (máx.): 15 g Cálcio (mín.): 9.800 mg Fósforo (mín.): 4.500 mg Sódio (mín.): 1.600 mg Metionina (mín.): 5.000 mg Lisina (mín.): 11,5 g Vitamina A (mín.): 8.000 UI Vitamina D3 (mín.): 2.000 UI Vitamina E (mín.): 12 UI Vitamina B1 (mín.): 1,95 mg Vitamina B2 (mín.): 4,8 mg Vitamina B3 (mín.): 28 mg Vitamina B5 (mín.): 12 mg Vitamina B6 (mín.): 2,6 mg Biotina (mín.): 0,05 mg Ácido Fólico (mín.): 0,8 mg Vitamina B12 (mín.): 10 µg Vitamina K3 (mín.): 2 mg Ferro (mín.): 50 mg Cobre (mín.): 12 mg Zinco (mín.): 60 mg Manganês (mín.): 80 mg Iodo (mín.): 1 mg Selênio (mín.): 0,24 mg 6-Fitase (mín.): 500 FTU. O produtos deve ser obrigatoriamente entregue no campus com no máximo 20 dias após a data de fabricação e embalado e rotulado conforme determina a instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Atende ao Item 16 do DFD (Avicultura).</p>	265554	Sac de 40 kg	3	R\$ 179,27	R\$ 537,81
23	<p>Ração pronta peletizada para bovinos em fase inicial-bezerros, garantindo os seguintes níveis de garantias: Umidade (Máx) 120 g/kg; Proteína Bruta (Mín) 210g /kg; NDT 773,7g/kg; Fibra Bruta (Máx) 48,6 g/kg; Matéria Mineral (Máx)</p>	322584	Saco de 40 kg	274	R\$ 165,00	R\$ 45.210,00

	71,5 g/kg; Extrato Etéreo (Mín) 19,2 g/kg; FDA (Máx) 65,7 g/kg; Cálcio (Mín) 11,2 g/kg; Cálcio (Máx) 16,7g/kg; Fósforo (Mín) 4600 mg/kg; Magnésio (Mín) 2 g/kg; Enxofre (Mín) 1600 mg/kg; Sódio (Mín) 2,1g/kg; Vitamina A (Mín) 4.000 UI/kg; Vitamina D (Mín) 2.000 UI/kg; Vitamina E (Mín) 25 UI/kg; Selênio (Mín) 0,6 mg/kg; Cobre (Mín) 22,5 mg/kg; Zinco (Mín) 80,0 mg/kg; Manganês (Mín) 72,5 mg/kg; Cobalto (Mín) 0,5 mg/kg; Iodo (Mín) 1,3 mg/kg; Monensina (Mín) 30 mg/kg. Deve ser fornecido em embalagem apropriada de 40 kg, conforme instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Atende ao Item 17 do DFD (Bovinocultura).					
24	Ração pronta para bovinos, mineral e vitamínico, aplicação novilha recria, dosagem componentes pb: 16%, ndt: 63% a 65%. Embalado e rotulado conforme determina a instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Embalagem de 40 kg, conforme a mesma instrução normativa. Atende ao Item 18 do DFD (Bovinocultura).	374183	Saco de 40 kg	350	R\$ 150,99	R\$ 52.846,50
25	Suplemento mineral e vitamínico para bezerros lactantes. Composição básica: vitamina A, vitamina D3, vitamina E, sulfato de ferro, sulfato de cobre, sulfato de manganês, sulfato de zinco, iodato de cálcio, sulfato de cobalto, selenito de sódio. Níveis de garantias: Ferro (mín) 4.000,00 mg/kg; cobre (mín) 25,00 g/kg; manganês (mín) 2.000,00 mg/kg; zinco (mín) 90,00 g/kg; iodo (mín) 2.000,00 mg/kg; cobalto (mín) 2.000,00 mg/kg; selênio (mín) 800,00 mg/kg; vitamina A (mín) 3.000.000,00 UI/kg; vitamina D3 (mín) 1.500.000,00 UI/kg; vitamina E (mín) 10.000,00 mg/kg. Embalado e rotulado conforme determina a instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Deve ser fornecido em embalagem apropriada de 10 kg, conforme a mesma instrução normativa. Atende ao Item 19 do DFD (Bovinocultura).	374180	Saco de 10 kg	40	R\$ 174,49	R\$ 6.979,60

26	Feno de capim Tifton 85 em fardo de 5 kg ou embalado em embalagem apropriada, aplicação alimentação animal, apresentando proteína bruta de 18%, nutrientes digestivos totais de 75% a 80% e umidade de 10% a 15%. Embalado e rotulado conforme determina a instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Atende ao Item 20 do DFD (Bovinocultura)	453421	kg	100	R\$ 5,50	R\$ 550,00
27	Ração pronta para equinos peletizada que garanta os seguintes níveis de garantias: Proteína Bruta (mín.) 13%; Extrato Etéreo (mín.) 3%; Fibra Bruta (máx.) 13%; Matéria Mineral (máx.) 20%; Cálcio (máx.) 3%; Fósforo (mín.) 0,5%; Energia Digestível (mín.) 3.280 kcal/kg. . Fornecer em embalagem adequada em conformidade com instrução normativa 22 /2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Atende ao Item 21 do DFD (Bovinocultura) e Atende ao Item 41 do DFD (Caprinocultura).	245282	Saco de 40 kg	50	R\$ 125,59	R\$ 6.279,50
28	Ração peletizada pronta para coelhos. Composição básica: Farelo de Trigo, Farelo de Soja**, Casca de Arroz Moída, Calcário Calcítico, Cloreto de Sódio (Sal Comum), Vitamina A, Vitamina D3, Vitamina E, Vitamina K3, Vitamina B1, Vitamina B2, Vitamina B6, Vitamina B12, Ácido Fólico, Pantotenato de Cálcio, Biotina, Ácido Nicotínico, Sulfato de Cobre, Sulfato de Ferro, Iodato de Cálcio, Sulfato de Manganês, Selenito de Sódio, Óxido de Zinco, Etoxiquin, Propionato de Cálcio, Caulim. Níveis de garantias: Umidade (máx) 120 g/kg (12%), Proteína Bruta (mín) 130g/kg (13%), Extrato Etéreo (mín) 10g/kg (1%), Matéria Fibrosa (máx) 180 g/kg (18%), Fibra Detergente Ácido – FDA (máx) 216 g/kg (21.6%), Matéria Mineral (máx) 130 g/kg (13%), Cálcio (mín) 10 g/kg (1%), Cálcio (máx) 25 g/kg (2.5%), Fósforo (mín) 5000 mg/kg (0.5%), Vitamina A (mín) 3000 UI /kg, Vitamina D3 (mín) 1000 UI/kg, Vitamina E (mín) 10 UI/kg, Vitamina K3 (mín) 1 mg/kg, Vitamina B1 (mín) 1 mg /kg, Vitamina B2 (mín) 2 mg/kg, Vitamina	458083	Saco de 40 kg	108	R\$ 153,68	R\$ 16.597,44

	B6 (mín) 2 mg/kg, Vitamina B12 (mín) 10 mcg/kg, Ácido Fólico (mín) 0.2 mg/kg, Ácido Pantotênico (mín) 10 mg/kg, Biotina (mín) 0.1mg/kg, Niacina (mín) 40 mg/kg, Cobre (mín) 3 mg/kg, Ferro (mín) 40 mg/kg, Iodo (mín) 0.4 mg/kg, Manganês (mín) 50 mg/kg, Selênio (mín) 0.3 mg/kg, Zinco (mín) 20 mg/kg. Embalado e rotulado conforme determina a instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Fornecer em embalagem de 40 kg, conforme a mesma instrução normativa. Atende ao Item 22 do DFD (Cunicultura).					
29	Núcleo mineral vitamínico completo para suíno\, fase inicial saco com 20 kg. Com data de validade não inferior 6 meses a partir da data de entrega. Embalado e rotulado conforme determina a instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Atende ao Item 31 do DFD (Suinocultura).	233946	Saco de 25 kg	17	R\$ 235,74	R\$ 4.007,58
30	Ração pronta ovino peletizada. Composição básica: Milho Moído, Farelo de Trigo, Farelo de Arroz, Farelo de Soja, Calcário Calcítico, Cloreto de Sódio, Cloreto de Amônio, Vitamina A, Vitamina D3, Vitamina E, Sulfato de Ferro, Iodato de Cálcio, Sulfato de Manganês, Molibdato de Sódio, Selenito de Sódio, Sulfato de Cobalto, Óxido de Zinco, Etoxiquin, Caulim. Níveis de garantias: Umidade (máx) 120 g/kg (12%), Proteína Bruta (mín) 180 g/kg (18%), N.N.P. equivalente em proteína (máx)16.4 g/kg (1.64%), Extrato Etéreo (mín) 30 g/kg (3%), Matéria Fibrosa (máx) 120 g/kg (12%), Fibra Detergente Ácido – FDA (máx) 162 g/kg (16.2%), Matéria Mineral (máx) 120 g/kg (12%), Cálcio (mín) 10 g /kg (1%), Cálcio (máx) 20 g/kg (2%), Fósforo (mín) 6000 mg/kg (0.6%), Sódio (mín) 2000 mg/kg, Vitamina A (mín) 11000 UI/kg, Vitamina D3 (mín) 2300 UI /kg, Vitamina E (mín) 50 UI/kg, Ferro (mín) 20 mg/kg, Iodo (mín) 1mg/kg, Manganês (mín) 40mg/kg, Molibdênio (mín) 4 mg/kg, Selênio (mín) 0.3 mg/kg,	458083	Saco de 25 kg	240	R\$ 141,53	R\$ 33.967,20

	Cobalto (mín) 0.4 mg/kg, Zinco (mín) 80 mg/kg. Fornecer em sacos de 25 kg e está em conformidade com instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Atende ao Item 33 do DFD (Ovinocultura).					
31	Ração pronta peletizada ou farelada para frango de corte fase final, isenta de ingredientes de origem animal, proteína bruta mínima 38%. Composição básica: Composição: Milho Moído, Farelo de soja, Calcário Calcítico, Cloreto de Sódio, DL-Metionina, L-Lisina HCl, Vitamina A, Vitamina D3, Vitamina E, Vitamina K3, Vitamina B1, Vitamina B2, Vitamina B6, Vitamina B12, Ácido Fólico, Pantotenato de Cálcio, Biotina, Cloreto de Colina, Ácido Nicotínico, Sulfato de Cobre, Sulfato de Ferro, Iodato de Cálcio, Sulfato de Manganês, Selenito de Sódio, Óxido de Zinco, Etoxiquin, Caulim, Monensina Sódica. Níveis de garantias: Umidade (máx.):130g/kg, Proteína Bruta (mín.):200 g/kg, Extrato Etéreo (mín.): 30 g/kg. Fornecer em sacos de 40 kg e está em conformidade com instrução normativa 22 /2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Atende ao Item 35 do DFD (Avicultura).	265554	Saco de 40 kg	35	R\$ 194,83	R\$ 6.819,05
32	Ração pronta, isenta de ingredientes de origem animal, para frango de corte caipira em fase de engorda (51 a 85 dias de idade). Os ingredientes fundamentais contidas nessa ração são milho moído e farelo de soja com os seguinte níveis de garantia: Umidade (máx.): 120 g Proteína Bruta (mín.): 120 g Fibra Bruta (máx.): 110 g Extrato Etéreo (mín.): 40 g Matéria Mineral (máx.): 160 g Cálcio (máx.): 30 g Cálcio (mín.): 9.000 mg Fósforo (mín.): 5.000 mg Sódio (mín.): 1.700 mg Metionina (mín.): 1.800 mg Lisina (mín.): 4.300 mg Vitamina A (mín.): 8.000 UI Vitamina D3 (mín.): 2.000 UI Vitamina E (mín.): 12 UI Vitamina B1 (mín.): 1,95 mg Vitamina B2 (mín.): 4,8 mg Vitamina B3 (mín.): 28 mg Vitamina B5 (mín.): 12 mg Vitamina B6 (mín.): 2,6 mg Biotina (mín.): 0,05 mg Ácido Fólico (mín.): 0,78	265556	Saco de 40 kg	98	R\$ 118,96	R\$ 11.658,08

	mg Vitamina B12 (mín.): 10 µg Vitamina K3 (mín.): 2 mg Ferro (mín.): 50 mg Cobre (mín.): 12 mg Zinco (mín.): 60 mg Manganês (mín.): 80 mg Iodo (mín.): 1,0 mg Selênio (mín.): 0,24 mg 6-Fitase (mín.): 500 FTU. Fornecer em sacos de 40 kg e está em conformidade com instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Atende ao Item 36 do DFD (Avicultura).					
33	Ração pronta para galinhas de postura caipira em fase de produção. Ela deve ser isenta de ingredientes de origem animal. As aves de postura em produção a partir 16 semanas. Os ingredientes fundamentais contidas nesta ração são farelo de milho e farelo de soja com os seguinte níveis de garantia: Umidade (máx) 120g/kg (12%), Proteína Bruta (mín) 170g/kg (17%), Extrato Etéreo (mín) 25g/kg (2.5%), Matéria Fibrosa (máx) 70g/kg (7%), Matéria Mineral (máx) 150g/kg (15%), Cálcio (mín) 36g/kg (3.6%), Cálcio (máx) 45g/kg (4.5%), Fósforo (mín) 6000mg/kg (0.6%), Metionina (mín) 3700mg/kg, Lisina (mín) 7700mg/kg, Treonina (mín) 5600mg/kg, Vitamina A (mín) 10000UI /kg, Vitamina D3 (mín) 2000UI/kg, Vitamina E (mín) 25UI/kg, Vitamina K3 (mín) 2mg/kg, Vitamina B1 (mín) 1.6mg /kg, Vitamina B2 (mín) 5mg/kg, Vitamina B6 (mín) 3mg/kg, Vitamina B12 (mín) 16mcg/kg, Ácido Fólico (mín) 0.5mg/kg, Ácido Pantotênico (mín) 10mg/kg, Biotina (mín) 0.1mg/kg, Colina (mín) 200mg/kg, Niacina (mín) 25mg/kg, Cobre (mín) 10mg /kg, Ferro (mín) 50mg/kg, Iodo (mín) 0.7 mg/kg, Manganês (mín) 75mg/kg, Selênio (mín) 0.3mg/kg, Zinco (mín) 40mg/kg. Fornecer em sacos de 40 kg e está em conformidade com instrução normativa 22 /2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Atende ao Item 37 do DFD (Avicultura).	265560	Saco de 40 kg	407	R\$ 192,29	R\$ 78.262,03
34	Ração pronta triturada isenta de ingredientes de origem animal para codornas japonesas na fase inicial de crescimento (1 a 21 dias de idade). Os ingredientes fundamentais contidas nesta	324802	Saco de 40 kg	4	R\$ 189,06	R\$ 756,24

	<p>ração são farelo de milho e farelo de soja com os seguinte níveis de garantia: Umidade (máx.): 120 gm Proteína Bruta (mín.): 22%; Fibra Bruta (máx.): 50 g Extrato Etéreo (mín.): 40 g Matéria Mineral (máx.): 80 g Cálcio (máx.): 15 g Cálcio (mín.): 9.800 mg Fósforo (mín.): 4.500 mg Sódio (mín.): 1.600 mg Metionina (mín.): 5.000 mg Lisina (mín.): 11,5 g Vitamina A (mín.): 8.000 UI Vitamina D3 (mín.): 2.000 UI Vitamina E (mín.): 12 UI Vitamina B1 (mín.): 1,95 mg Vitamina B2 (mín.): 4,8 mg Vitamina B3 (mín.): 28 mg Vitamina B5 (mín.): 12 mg Vitamina B6 (mín.): 2,6 mg Biotina (mín.): 0,05 mg Ácido Fólico (mín.): 0,8 mg Vitamina B12 (mín.): 10 µg Vitamina K3 (mín.): 2 mg Ferro (mín.): 50 mg Cobre (mín.): 12 mg Zinco (mín.): 60 mg Manganês (mín.): 80 mg Iodo (mín.): 1 mg Selênio (mín.): 0,24 mg 6-Fitase (mín.): 500 FTU. Fornecer em sacos de 40 kg e está em conformidade com instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Atende ao Item 38 do DFD (Avicultura).</p>					
35	<p>Ração pronta triturada isenta de ingredientes de origem animal para codornas na fase de postura e crescimento (22 a 50 dias de idade). Os ingredientes fundamentais contidas nessa ração são milho moído e farelo de soja com os seguinte níveis de garantia: Umidade (máx.): 120 g, Proteína Bruta (mín.): 18%, Fibra Bruta (máx.): 80 g Extrato Etéreo (mín.): 40 g Matéria Mineral (máx.): 90 g Cálcio (máx.): 15 g Cálcio (mín.): 9.000 mg Fósforo (mín.): 4.500 mg Sódio (mín.): 1.600 mg Metionina (mín.): 3.600 mg Lisina (mín.): 9.000 mg Vitamina A (mín.): 8.000 UI Vitamina D3 (mín.): 2.000 UI Vitamina E (mín.): 12 UI Vitamina B1 (mín.): 1,95 mg Vitamina B2 (mín.): 4,8 mg Vitamina B3 (mín.): 28 mg Vitamina B5 (mín.): 12 mg Vitamina B6 (mín.): 2,6 mg Biotina (mín.): 0,05 mg Colina (mín.): 250 mg Ácido Fólico (mín.): 0,8 mg Vitamina B12 (mín.): 10 µg Vitamina K3 (mín.): 2 mg Ferro (mín.): 50 mg Cobre (mín.): 12 mg Zinco (mín.): 60</p>	320939	Saco de 40 kg	7	R\$ 189,06	R\$ 1.323,42

	mg Manganês (mín.): 80 mg Iodo (mín.): 1 mg Selênio (mín.): 0,24 mg 6-Fitase (mín.): 500 FTU. Fornecer em sacos de 40 kg e está em conformidade com instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Atende ao Item 39 do DFD (Avicultura).					
36	Ração pronta isenta de ingredientes de origem animal para codorna de postura em fase de postura com os seguintes ingredientes fundamentais: farelo de milho moído, farelo de soja, Calcário Calcítico, Cloreto de Sódio, BHT (Butilhidroxitolueno), Cloreto de Colina, Iodato de Cálcio, Metionina, Monóxido de Manganês, Óxido de Zinco, Selenito de Sódio, Sulfato de Cobre, Sulfato de Ferro, Vitamina A, Vitamina B2, Vitamina B3, Vitamina B5, Vitamina B12, Vitamina D3, Vitamina E e Vitamina K3 balanceados, apresentando os seguintes níveis de garantias: Proteína Bruta (Minímo) 220,00 g/kg; Acido Fólico (Minímo) 1,00 mg/kg; BHT antioxidante (Minímo) 100,00 mg /kg; Biotina (Minímo) 0,15; mg/kg Cálcio (Minímo) 30,00 g/kg; Calcio(Maximo) 40,00 g/kg; Cobre (Minímo) 10,00 mg/kg; Extrato Etéreo (Minímo) 50,00 g/kg; Ferro (Minímo) 60,00 mg/kg; Fósforo (Minímo) 6000,00 mg/kg; Iodo (Minímo) 0,62 mg /kg; Lisina (Minímo) 9.000,00 mg/kg; Manganês (Minímo) 60,00 mg/kg; Materia Fibrosa (Máximo) 50,00 g/kg; Materia Mineral (Máximo) 100,00 g/kg; Metionina (Minímo) 3.800,00 mg/kg; Niacina (Minímo) 24,00 mg/kg; Pantotenato de Cálcio (Minímo) 12,00 mg/kg; Selênio (Minímo) 0,20 mg/kg; Sódio (Minímo) 1.800,00 mg/kg; Umidade (Máximo) 130,00 g/kg; Vitamina A (Minímo) 5.000,00 UI/kg; Vitamina B1 (Minímo) 1,80 mg/kg; Vitamina B12 (Minímo) 12,00 mcg/kg; Vitamina B2 (Minímo) 3,20 mg/kg; Vitamina B6 (Minímo) 3,00 mg /kg; Vitamina D3 (Minímo) 1.500,00 UI /kg; Vitamina E (Minímo) 12,00 UI/kg; Vitamina K3 (Minímo) 2,80 mg/kg; Zinco (Minímo). Fornecer em sacos de 40 kg e está em conformidade com instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e	352068	Sc de 40 kg	99	R\$ 129,83	R\$ 12.853,17

	suas alterações posteriores. Atende ao Item 40 do DFD (Avicultura)					
37	Ração pronta peletizada para bovinos em fase de lactação, garantindo os seguintes níveis de garantias: Umidade (Máx): 120 g /kg, Proteína Bruta (mín.): 220 g/kg, NNP- Equiv. Prot. (máx.):47 g/kg, Extrato Etéreo (mín.): 20 g/kg, FDA (máx.): 90 g /kg, Fibra Bruta (máx.): 75 g/kg, Matéria Mineral (máx.): 100 g/kg, Cálcio (mín.) 10 g/kg, Cálcio (máx.): 14 g/kg, Fósforo (mín.): 4.500 mg/ k g , V i t a m i n a A (mín.): 10.000 UI/kg,Vitamina D3 (mín.): 2.200 UI/kg, Vitamina E (mín.): 5,2 UI /kg, Monensina sódica (mín.): 41 mg/kg. Deve ser fornecido em embalagem própria de 40 kg, conforme instrução normativa 22 /2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Atende ao Item 42 do DFD (Bovinocultura).	374182	Sc de 40 kg	675	R\$ 144,07	R\$ 97.247,25
38	Ração pornta para bezerro lactante contendo leite em pó, premix mineral e vitamínico, aplicação: bezerro lactante, dosagem componentes: pb: 18%, ndt: 75% a 80%. Devendo o suplemento atender as exigências citadas, e a categoria animal correspondente. o produto deve ser obrigatoriamente entregue no campus com no máximo 20 dias após a data de fabricação e embalado e rotulado conforme determina a instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Atende ao Item 43 do DFD (Bovinocultura).	374180	Sc de 25 kg	80	R\$ 165,92	R\$ 13.273,60
39	Ração pronta bovina, ingredientes: premix mineral e vitamínico, aplicação: ração pré-parto, dosagem componentes: pb: 18%, ndt: 65% a 68%. Devendo o suplemento atender as exigências citadas, e a categoria animal correspondente. o produto deve ser obrigatoriamente entregue no campus com no máximo 20 dias após a data de fabricação e embalado e rotulado conforme determina a instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações	374184	Saco de 40 kg	100	R\$ 173,60	R\$ 17.360,00

	posteriores. Atende ao Item 44 do DFD (Bovinocultura).					
40	Suplemento mineral para equinos, ingredientes fundamentais: Ca, P, Mg, Na, Zn, Cu, Mn, Fe, Se e I, apresentação: em bloco, características adicionais: pronto p/ uso. o produto deve ser obrigatoriamente entregue no campus com no máximo 20 dias após a data de fabricação e embalado e rotulado conforme determina a instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Atende ao Item 45 do DFD (Bovinocultura).	444891	Sacos de 6 kg	10	R\$ 61,23	R\$ 612,30
41	Suplemento alimentar para vacas de leite no pré-parto; tipo: mineral aniônico pronto, aplicação: veterinária, aspecto físico: pó. O produto deve ser obrigatoriamente entregue no campus com no máximo 20 dias após a data de fabricação e embalado e rotulado conforme determina a instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Atende ao Item 46 do DFD (Bovinocultura).	255755	Sc de 30 kg	20	R\$ 278,99	R\$ 5.579,80
42	Suplemento alimentar para bovinos de corte, tipo: mineral. Composição: Aditivo Palatabilizante, Calcário Calcítico; Cloreto de sódio (38,6%) (sal comum); Enxofre ventilado (flor de enxofre); Fosfato bicálcico; Iodato de cálcio; Óxido de magnésio, Óxido de zinco, Selenito de sódio; Sulfato de cobalto; Sulfato de cobre; Sulfato de manganês; Sulfato ferroso. Níveis de garantias: Cálcio (mín): 180 g/kg, Cálcio (máx): 210 g/kg, Cobalto (mín): 25 mg/kg, Cobre (mín): 500 mg/kg, Enxofre (mín): 21 g/kg, Ferro (mín): 2.000 mg/kg, Flúor (máx): 1.300 mg/kg, Fósforo (mín): 160g/kg, Iodo (mín): 30 mg/kg, Magnésio (mín): 5.000 mg/kg, Manganês (mín): 1.000 mg/kg, Selênio (mín): 10 mg /kg, Sódio (mín): 130 g/kg, Zinco (mín): 2.000mg/kg, Mat. Mineral (máx): 980 g /kg, Umidade (máx): 50g/kg. Embalado e	445153	Sc de 25 kg	30	R\$ 250,00	R\$ 7.500,00

	rotulado conforme determina a instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Deve ser fornecido em embalagem apropriada de 25 kg, conforme a mesma instrução normativa. Atende ao Item 48 do DFD (Bovinocultura).					
43	Suplemento alimentar para bovinos, tipo: mineral, para matrizes em fase de lactação. Composição básica: Fosfato bicálcico, calcário calcítico, enxofre ventilado (flor de enxofre), sulfato de cobre, monóxido de manganês, sulfato de cobalto, selênio de sódio, iodato de cálcio, cloreto de sódio, óxido de zinco. Níveis de garantias: CÁLCIO (máx/mín): 220/160 g, FÓSFORO (mín): 90 g, MAGNÉSIO (mín): 10 g, ENXOFRE(mín): 9 g, SÓDIO (mín): 110 g, ZINCO(mín): 6000 mg, COBRE (mín): 960 mg, MANGANÊS (mín): 1440 mg, IODO(mín): 92 mg, COBALTO (mín): 48 mg, SELÊNIO (mín): 37 mg, FLÚOR (máx): 900mg, Cromo (max): 1,0 mg. Embalado e rotulado conforme determina a instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Deve ser fornecido em embalagem apropriada de 25 kg, conforme a mesma instrução normativa. Atende ao Item 49 do DFD (Bovinocultura).	328032	Sc de 25 kg	30	R\$ 291,70	R\$ 8.751,00
44	Suplemento alimentar para bovinos, tipo: mineral e vitamínico para bovinos em fase de recria. Composição básica: Aditivo Probiótico, Sulfato de Zinco, Sulfato de Cobalto, Quelato de Cromo, B.H.T. Antioxidante, Vitamina B1, Vitamina A, Vitamina D3, Vitamina E, Palatabilizante e Carbonato de cálcio. Níveis de garantias: Cálcio (mín.): 140 g/kg, Cálcio (máx.): 180 g/kg, Zinco(mín.): 140 g/kg, Cobalto (mín.): 400 mg/kg, Cromo(mín.): 200 mg/kg, Hidróxido de Tolueno Butilado B. H. T.(mín.): 2900 mg/kg, Vitamina B1(mín.): 980 mg/kg, Vitamina A(mín.): 20000 UI/kg, Vitamina D(mín.): 10000 UI/kg, Vitamina E(mín.): 13000 UI/kg. Embalado e rotulado conforme determina a instrução normativa 22/2009 do ministério da	472415	Sc de 25 kg	20	R\$ 251,23	R\$ 5.024,60

	agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Deve ser fornecido em embalagem apropriada de 25 kg, conforme a mesma instrução normativa. Atende ao Item 50 do DFD (Bovinocultura).					
45	Ração pronta peletizada ovinos em lactação. Composição básica: Milho Moído, Farelo de Soja, Calcário Calcítico, Cloreto de Sódio, Cloreto de Amônio, Vitamina A, Vitamina D3, Vitamina E, Sulfato de Ferro, Iodato de Cálcio, Sulfato de Manganês, Molibdato de Sódio, Selenito de Sódio, Sulfato de Cobalto, Óxido de Zinco, Etoxiquin, Caulim. Níveis de garantias: Umidade (máx) 120 g/kg (12%), Proteína Bruta (mín) 180g/kg (18%), N.N.P. equivalente em proteína (máx) 16.4 g/kg (1.64%), Extrato Etéreo (mín) 30 g/kg (3%), Matéria Fibrosa (máx) 120 g/kg (12%), Fibra Detergente Ácido – FDA (máx) 162 g/kg (16.2%), Matéria Mineral (máx) 120 g/kg (12%), Cálcio (mín) 10 g/kg (1%), Cálcio (máx) 20 g/kg (2%), Fósforo (mín) 6000 mg/kg (0.6%), Sódio (mín) 2000 mg/kg, Vitamina A (mín) 11000 UI/kg, Vitamina D3 (mín) 2300 UI/kg, Vitamina E (mín) 50 UI/kg, Ferro (mín) 20 mg/kg, Iodo (mín) 1 mg/kg, Manganês (mín) 40 mg/kg, Molibdênio (mín) 4 mg/kg, Selênio (mín) 0.3 mg/kg, Cobalto (mín) 0.4 mg/kg, Zinco (mín) 80 mg/kg. Embalado e rotulado conforme determina a instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Fornecer em embalagem de 40 kg, conforme a mesma Instrução Normativa. Atende ao Item 51 do DFD (Ovinocultura).	270756	Sc de 40 kg	100	R\$ 180,00	R\$ 18.000,00
46	Ração para cabras em lactação, níveis de garantia: Umidade(max) 120,00 g/kg; Proteína Bruta(min) 220,00 g/kg; Extrato Etéreo(min) 25,00 g/kg; Matéria Mineral (max) 100,00 g/kg; FDA(max) 90,00 g/kg; Fibra Bruta(max) 80,00 g/kg; Cálcio (min) 10,00 g/kg; Cálcio(max) 15,00 g/kg; Fósforo(min) 5000,00 mg/kg; Sódio (min) 2000,00 mg/kg; Zinco (min) 70,00 mg/kg;	270756	Sc de 40 kg	540	R\$ 169,85	R\$ 91.719,00

	<p>Cobre(min) 10,00 mg/kg; Manganês (min) 60,00 mg/kg; Selênio(min) 0,40 mg/kg; Vitamina A(min) 4000,00 UI/kg; Vitamina D3(min) 1000,00 UI/kg; Vitamina E(min) 25,00 UI/kg; Monensina Sódica 48,00 mg/kg. Embalado e rotulado conforme determina a instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Fornecer em embalagem de 40 kg, conforme a mesma Instrução Normativa. Atende ao Item 52 do DFD (Caprinocultura).</p>					
47	<p>Ração pronta peletizada ovinos. Composição básica: Milho moído farelo de arroz- farelo de arroz desengordurado- farelo de soja- fosfato bicalcico-farelo de trigo e sal. Níveis de garantias: Cálcio (Máx): 15 g/kg, Vitamina B12 (Mín): 10 mcg/kg, Cálcio(Mín): 3,00 g /kg, Ácido fólico (Mín): 1,4 mg/kg, Extrato Etéreo (Mín):130 g /kg, Biotina (Mín) 0 mg/kg, Fibra Bruta (Máx): 110 g/kg, Niacina (Mín) : 30 mg/kg, Fósforo (Mín): 4g/kg, Ác.Pantotênico (Mín)16,76 mg/kg, Matéria Mineral (Máx):80 g/kg, Cobre (Mín) 6 mg/kg, Proteína Bruta(Mín): 160 g/kg, Cobalto (Mín) 1,48 mg/kg, Umidade (Máx): 130 g/kg,Iodo (Mín): 0,28 mg/kg, Vitamina A (Mín): 5.200,00 UI /kg , Ferro(Mín): 50 mg/kg, Vitamina D3 (Mín):1.040,00 UI /kg , Manganês (Mín): 40 mg/kg,</p> <p>Vitamina E (Mín): 20 mg/kg, Zinco(Mín): 50 mg/kg, Vitamina k3(Mín):25 mg/kg, Selênio(Mín): 0,08 mg/kg, Vitamina B1 (Mín): 2 mg/kg, Colina (Mín): 0,4992 mg /kg, Vitamina B2(Mín): 6,4mg /kg, Metionina (Mín):0,92 mg/kg, Vitamina B6(Mín):2 mg/kg, Magnésio(Mín):300 mg /kg. Embalado e rotulado conforme determina a instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Fornecer em sacos de 40 kg, conforme a mesma instrução normativa. Atende ao Item 53 do DFD (Caprinocultura).</p>	427759	Sc de 40 kg	150	R\$ 124,96	R\$ 18.744,00
48						

	<p>Ração pronta peletizada suino fase de reprodução deve conter os seguintes ingredientes: Farelo de soja (<i>Agrobacterium sp.</i>), milho integral moído (<i>Agrobacterium tumefaciens</i>), sulfato de ferro, ácido nicotínico, carbonato de cálcio, fitase, ácido fólico, carbo- amino-fosfoquelato de cobre, sulfato de cobre, vitamina K3, cloreto de sódio (sal comum), carboamino-fosfoquelato de manganês, sulfato de zinco, iodato de cálcio, vitamina A, vitamina E, vitamina B2, vitamina B12, sulfato de manganês, vitamina B6, carbo- amino-fosfoquelato de cromo, biotina, carbo-amino-fosfoquelato de ferro, vitamina B1, carbo-amino-fosfoquelato de zinco, fosfato bicálcico, carboamino- fosfoquelato de selênio, vitamina D3, pantotenato de cálcio. Deve garantir os seguintes níveis de garantias por kg: Ácido fólico (Mín): 0,800 mg, ácido nicotínico (Mín): 16,000 mg, ácid pantotênico (Mín): 20,000 mg, biotina(Mín): 0,120 mg, cálcio (Máx): 6000,00 mg, cálcio (Mín): 4000,00 mg, cobre(Mín): 109,000 mg, cromo (Mín): 0,100 mg, energ. Metab. (Mín): 2800,00 kcal/kg, extrato estéreo. (Mín): 30,000 g, ferro (Mín): 62,400 mg, fibra bruta(Mín): 29,000 g, fitase (Mín): 2000,000 FYt, flúor (Máx): 10,000 mg, fósforo(Mín): 3700,00 mg, iodo (Mín): 1,050 mg, lisina(Mín): 9,000 mg, manganês (Mín): 34,000 mg, matéria mineral (Mín): 26,000 g, metionina (Mín): 2900,000 mg, proteína bruta(Mín): 180,0000 mg, selênio (Mín): 0,200 mg, sódio (Mín): 1500,000 mg, vitamina A (Mín): 5600,000UI, vitamina B1 (Mín): 1,600 mcg, vitamina B12 (Mín): 24,000mcg, vitamina B2 (Mín): 5,600 mg, vitamina B6 (Mín): 2,000 mg, vitamina D3 (Mín):3200,000 UI, vitamina E (Mín): 48,000 UI, vitamina K3 , (Mín):1,600 mg, zinco (Mín): 69,000 mg. Deve vir em embalagem apropriada de 40 kg, conforme instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores.</p> <p>(COTA RESERVADA DO ITEM 3 PARA ME E EPP - ~10%)</p>	265575	Saco de 40 kg	75	R\$ 139,12	R\$ 10.434,00
49	<p>Ração pronta para galinhas de postura caipira em fase de produção. Ela deve ser isenta de ingredientes de origem animal. As aves de postura em produção a partir 16</p>	265560	Sc de 40 kg	46	R\$ 192,29	R\$ 8.845,34

	<p>semanas. Os ingredientes fundamentais contidas nesta ração são farelo de milho e farelo de soja com os seguinte níveis de garantia: Umidade (máx) 120g/kg (12%), Proteína Bruta (mín) 170g/kg (17%), Extrato Etéreo (mín) 25g/kg (2.5%), Matéria Fibrosa (máx) 70g/kg (7%), Matéria Mineral (máx) 150g/kg (15%), Cálcio (mín) 36g/kg (3.6%), Cálcio (máx) 45g/kg (4.5%), Fósforo (mín) 6000mg/kg (0.6%), Metionina (mín) 3700mg/kg, Lisina (mín) 7700mg/kg, Treonina (mín) 5600mg/kg, Vitamina A (mín) 10000UI/kg, Vitamina D3 (mín) 2000UI/kg, Vitamina E (mín) 25UI/kg, Vitamina K3 (mín) 2mg/kg, Vitamina B1 (mín) 1.6mg/kg, Vitamina B2 (mín) 5mg/kg, Vitamina B6 (mín) 3mg/kg, Vitamina B12 (mín) 16mcg/kg, Ácido Fólico (mín) 0.5mg/kg, Ácido Pantotênico (mín) 10mg/kg, Biotina (mín) 0.1mg/kg, Colina (mín) 200mg/kg, Niacina (mín) 25mg/kg, Cobre (mín) 10mg/kg, Ferro (mín) 50mg/kg, Iodo (mín) 0.7mg/kg, Manganês (mín) 75mg/kg, Selênio (mín) 0.3 mg/kg, Zinco (mín) 40mg/kg. Fornecer em sacos de 40 kg e está em conformidade com instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Atende ao Item 37 do DFD (Avicultura).</p> <p>(COTA RESERVADA DO ITEM 33 PARA ME E EPP - ~10%)</p>					
50	<p>Ração pronta peletizada para bovinos em fase de lactação, garantindo os seguintes níveis de garantias: Umidade (Máx): 120 g/kg, Proteína Bruta (mín.): 220 g/kg, NNP- Equiv. Prot. (máx.):47 g/kg, Extrato Etéreo (mín.): 20 g/kg, FDA (máx.): 90 g/kg, Fibra Bruta (máx.): 75 g/kg, Matéria Mineral (máx.): 100 g/kg, Cálcio (mín.) 10 g/kg, Cálcio (máx.): 14 g/kg, Fósforo (mín.): 4.500 mg/ k g , V i t a m i n a A (mín.): 10.000 UI/kg,Vitamina D3 (mín.): 2.200 UI/kg, Vitamina E (mín.): 5,2 UI/kg, Monensina sódica (mín.): 41 mg/kg. Deve ser fornecido em embalagem própria de 40 kg, conforme instrução normativa 22 /2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores.</p> <p>(COTA RESERVADA DO ITEM 37 PARA ME E EPP - 10%)</p>	374182	Sc de 40 kg	75	R\$ 144,07	R\$ 10.805,25

51	<p>Ração para cabras em lactação, níveis de garantia: Umidade(max) 120,00 g/kg; Proteína Bruta(min) 220,00 g/kg; Extrato Etéreo(min) 25,00 g/kg; Matéria Mineral (max) 100,00 g/kg; FDA(max) 90,00 g /kg; Fibra Bruta(max) 80,00 g/kg; Cálcio (min) 10,00 g/kg; Cálcio(max) 15,00 g /kg; Fósforo(min) 5000,00 mg/kg; Sódio (min) 2000,00 mg/kg; Zinco (min) 70,00 mg/kg; Cobre(min) 10,00 mg/kg; Manganês (min) 60,00 mg/kg; Selênio(min) 0,40 mg/kg; Vitamina A(min) 4000,00 UI/kg; Vitamina D3(min) 1000,00 UI/kg; Vitamina E(min) 25,00 UI/kg; Monensina Sódica 48,00 mg/kg. Embalado e rotulado conforme determina a instrução normativa 22/2009 do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento e suas alterações posteriores. Fornecer em embalagem de 40 kg, conforme a mesma Instrução Normativa.</p> <p>(COTA RESERVADA DO ITEM 46 PARA ME E EPP - 10%)</p>	270756	Sc de 40 kg	60	R\$ 169,85	R\$ 10.191,00
TOTAL				R\$ 997.243,13		

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **5 (cinco) anos** contados do(a) **assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista a demanda ininterrupta pela nutrição dos animais mantidos em laboratório, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando que qualquer hiato no abastecimento pode comprometer a integridade biológica desses espécimes, resultando em patologias ou óbitos;

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. Havendo divergência entre a descrição do objeto constante neste TERMO DE REFERÊNCIA e a descrição do objeto constante no sistema COMPRAS.GOV.BR ou na nota de empenho, prevalecerá, sempre, a descrição deste termo.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026 sob o número 153074-34/2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade (atende aos requisitos nº 1 e 2 do PLS 2025-2029, pg. 11)

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os materiais deverão estar em conformidade com as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, bem como, com as demais legislações vigentes, notadamente no que se refere às exigências relativas aos critérios de sustentabilidade ambiental;

4.1.2. Os materiais empregados nos insumos utilizados nas embalagens deles deverão priorizar a redução de impacto ambiental sendo estes de preferência biodegradáveis; e

4.1.3. Para minimizar os desperdício de materiais devem ser tomadas as seguintes medidas (atende ao requisito nº 3 do PGLS 2025-2029, pg. 12):

4.1.3.1 A data de validade dos materiais deve ter duração mínima de 6 meses após a entrega, evitando perdas de itens por vencimento ou deterioração antes do consumo;

4.1.3.2 Produtos com sinais de deterioração em virtude de condições de acondicionamento e transporte inadequados serão recusados para evitar perdas de itens antes do consumo;

4.1.3.3 Caberá ao gestor/fiscal de contratos tomar medidas para dimensionar adequadamente as quantidades de itens demandados nas ordens de fornecimento, evitando pedidos que contenham quantidades excessivas de itens que podem ser desperdiçadas no futuro por não terem sido consumidas dentro da data de validade.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.4. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento nos itens 03 (48), 33 (49), 37 (50) e 46 (51), para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.4.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.4.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.4.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens/materiais é de 20 (vinte) dias após emissão da ordem de fornecimento de bens, em remessa total para as rações de pequenas quantidades ou parcelada para aquelas de quantidades maiores. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

Parcela	Composição da parcela	Prazo de entrega
1ª	Rações de maiores quantidades 25% a cada três meses.	20 dias contados a partir da data do pedido.
2ª	Rações de maiores quantidades 25% a cada três meses.	20 dias contados a partir da data do pedido.
3ª	Rações de maiores quantidades 25% a cada três meses.	20 dias contados a partir da data do pedido.
4ª	Rações de maiores quantidades 25% a cada três meses.	20 dias contados a partir da data do pedido.

5.2. São consideradas rações de pequenas quantidades aquelas com massa de um quilo a uma tonelada, cuja validade não ultrapassa três meses. Já rações de maior quantidade são aquelas com massa que vai de uma tonelada acima, cuja validade seja de três meses ou mais.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Laboratórios do Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias – Campus III – Cidade Universitária – SN – Bananeiras/PB – CEP: 58220-000.

5.4.1. No caso de produtos perecíveis, para rações que possuem 4 meses de validade, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 3 meses para os itens: 1, 2,3, 4, 5, 6, 10, 20, 21, 22, 23, 24, 29, 30, 31, 32, 33,34, 35, 36, 37, 38, 39, 45, 46, 47, 48, 49, 50 e 51 ; para rações com validade de 8 meses, a validade no ato da entrega não poderá ser inferior a 6 meses para os itens: 7, 8, 9, 11,14, 15, 16, 17, 19, 26, 27, 28; para rações cuja validade é de 2 ano, o prazo de validade não poderá ser inferior a 1,5 anos para os itens: 12, 13, 18, 25, 29, 40, 41, 42, 43, 44, do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias*

7.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

7.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

7.2.4.3. *. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **05% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.*

7.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.*

7.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.*

7.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **10% (dez por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.*

7.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **05% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 23/04/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto poderá ser integral ou parcelado, conforme itens 5.1 e 5.2 deste Termo, e deverá ser entregue de acordo com a ordem de fornecimento de bens (OFB).

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

Disposições gerais sobre habilitação

9.24. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.25. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.26. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.27. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.28. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 997.243,13 (novecentos e noventa e sete mil, duzentos e quarenta e três reais e treze centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Bananeiras, 27 de abril de 2026.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

N/A

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

N/A

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDINO FARIAS DOS SANTOS

Membro da comissão de contratação

FABIANO QUEIROGA DA SILVA

Membro da comissão de contratação

KELVIN BRENAND DA SILVA

Membro da comissão de contratação

CENTRO DE CIÊNCIA HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS

Estudo Técnico Preliminar 2/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23074.007707/2026-28

2. Descrição da necessidade

Aquisição de bem de entrega continuada de Ração Animal para alimentar os animais pertencentes aos laboratórios do CCHSA/CAVN/UFPB (Lab. Avicultura; Lab. Bovino; Lab. Caprino/Ovino; Lab. Cunicultura; Lab. Ranicultura; Lab. Suíno; Lab. Aquicultura), garantindo a manutenção, desenvolvimento e produção desses animais.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Laboratório de Aquicultura	Alda Lúcia de Lima Amâncio
Laboratório de Avicultura	Édino Farias dos Santos
Laboratório de Bovinocultura	Carlos Magno Bezerra de Azevedo Silva
Laboratório de Caprinocultura/Ovinocultura	Michelle Flávia Sousa Marques
Laboratório de Cunicultura	Alexandre Lemos de Barros Moreira Filho
Laboratório de Ranicultura	Alex Poeta Casali
Laboratório de Suinocultura	Leonardo Augusto Fonseca Pascoal

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1 Atendimento da necessidade de fornecimento contínuo de ração animal destinada aos laboratórios do CCHSA/CAVN/UFPB.
- 4.2 Os materiais devem estar embalados de acordo com a nota fiscal/empenho, não enviando materiais/produtos de notas fiscais /empenhos diferentes numa mesma embalagem;
- 4.3 Os materiais não devem apresentar avarias ou adulterações;
- 4.4 Os materiais devem ser entregues em embalagens originais contendo a data e número do lote de fabricação e prazo de validade;
- 4.5 Os materiais devem estar identificados quanto ao número da licitação, nome da Empresa, número do item a que se refere e outras informações de acordo com a legislação pertinente;
- 4.6 Havendo algum fator que comprometa a qualidade do produto, como transporte inadequado, mercadoria molhada ou umedecida em excesso por água de chuva, a entrega do bem será recusada;

4.7 Os ingredientes deverão ser entregues em embalagens íntegras de forma a proteger o produto da ação da luz, do transporte até a Instituição, protegidos de poeira e umidade e ainda devem ser acondicionados de acordo com a praxe do fornecedor, de forma a garantir a integridade do produto até o uso;

4.8 Os materiais serão entregues de forma parcelada, a critério do demandante;

4.9 A validade do produto, na data da entrega, não poderá ser superior a 25% (vinte e cinco por cento) do prazo de validade total indicado pelo fabricante na embalagem;

4.10 O carregamento e/ou descarregamento dos bens, incluindo a mão de obra necessária, será por conta da Contratada.

4.11 Os bens, objeto desta aquisição, são classificados como comuns, pois são bens cujos padrões de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definida pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, uma vez que não há qualquer nível de complexidade de consecução para o contratado, posto que este é apenas um intermediário entre aquele que, de fato, os produz e o contratante. Dessa maneira, não serão exigidos documentos de qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, nem garantia contratual.

4.11.1 Nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a Administração Pública deve exigir apenas os requisitos estritamente indispensáveis à garantia da execução do contrato, sob pena de restringir indevidamente a competitividade do certame. Já o art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 dispõe, implicitamente, sobre os princípios da eficiência, celeridade, proporcionalidade e razoabilidade. Neste caso, considerando que o fornecimento envolve produtos padronizados, amplamente disponíveis no mercado, com baixa complexidade operacional e com risco mínimo de inadimplemento - especialmente em virtude da regra de pagamento posterior ao recebimento -, a exigência de tais documentos não se justifica e poderia impor barreiras desnecessárias à participação de potenciais fornecedores.

4.11.2 Do mesmo modo, a garantia contratual não será exigida, sua exigência é discricionária e deve ser restrita aos casos em que se identifique risco relevante à execução contratual. Como a presente aquisição não envolve instalação, customização ou etapas que exijam proteção adicional, e a responsabilidade por eventuais defeitos está garantida pelo prazo de garantia dos fabricantes, não se verifica a necessidade de tal instrumento. A não exigência desses requisitos contribui para a ampliação da competitividade, redução de custos indiretos e maior celeridade na contratação, sem prejuízo ao interesse público ou à segurança da Administração.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar as possíveis soluções disponíveis para atendimento da necessidade de fornecimento contínuo de ração animal destinada aos laboratórios do CCHSA/CAVN/UFPB.

Foram analisadas as seguintes alternativas:

I – Produção própria de ração pela instituição;

II – Contratação de empresa para fornecimento de alimentação animal preparada sob demanda (terceirização integral da nutrição);

III – Aquisição de ração industrializada pronta, disponível no mercado fornecedor especializado.

A alternativa de produção própria foi considerada inviável, em razão da necessidade de estrutura física específica, aquisição de maquinário adequado, equipe técnica especializada, controle sanitário rigoroso e aquisição contínua de insumos, o que implicaria elevação significativa de custos operacionais e desvio da finalidade institucional. Muito embora, em tempos passados o CCHSA/CAVN/UFPB tenha mantido uma fábrica de ração, esta está desativa uma vez que sua infraestrutura rui com o tempo. Há, inclusive, um projeto em andamento para a reestruturação da antiga fábrica.

A alternativa de terceirização integral da nutrição animal também se mostrou desvantajosa, pois reduziria a flexibilidade técnica dos laboratórios na formulação das dietas específicas para cada espécie e fase produtiva, além de elevar o custo contratual e aumentar o risco de descontinuidade do fornecimento.

Verificou-se, no entanto, que o mercado privado dispõe de ampla oferta de rações industrializadas, padronizadas e formuladas conforme níveis nutricionais compatíveis com as necessidades das espécies mantidas nos laboratórios do CCHSA/CAVN/UFPB, havendo múltiplos fornecedores aptos a atender às especificações técnicas exigidas, sendo esta solução que o CCHSA vem adotando há vários anos.

Diante disso, concluiu-se que a aquisição de ração pronta no mercado especializado é a solução mais eficiente, economicamente vantajosa e operacionalmente adequada, garantindo competitividade, continuidade do abastecimento e conformidade sanitária.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Os ingredientes de ração animal deverão ser fornecidos mediante emissão da Ordem de Fornecimento de Bens e Nota de Empenho, sendo que os itens devem ser entregues de acordo com orientação e supervisão de servidor da instituição, indicado para o recebimento e quando necessário com a devida supervisão de servidores da Unidade de Almoxarifado.

6.2 O fornecedor terá o prazo de 20 (vinte) dias após a solicitação feita pelo setor responsável, para a entrega dos produtos requisitados, Laboratórios do Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias – Campus III – Cidade Universitária – SN – Bananeiras/PB – CEP: 58220-000.

6.3 A entrega se dará em dias úteis, nos horários das 7h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, conforme as demandas das Coordenações dos Laboratórios de Produção Animal.

6.4 Os produtos a serem entregues deverão estar em conformidade com todas as especificações apresentadas pelos demandantes, e, ainda, coadunadas nas cláusulas contratuais estabelecidas entre as partes, bem como atender a todas as disposições legais e regulamentares dos órgãos fiscalizadores.

6.5 A comissão ou servidor designado receberá os produtos, provisoriamente, no momento da entrega, registrado no termo de recebimento provisório, rejeitando os ingredientes que, porventura, estejam em desacordo com as especificações ou quando acondicionados de forma indevida, ficando imprestável para uso.

6.6 Na ocorrência de rejeição do recebimento, a Contratada ficará obrigada a substituir os ingredientes ou acrescentar os produtos faltantes, no prazo de cinco (5) dias, a contar da notificação da contratada.

6.7 A Contratante informará à Contratada, após verificada a conformidade dos bens recebidos provisoriamente, estando estes de acordo com todas as especificações apresentadas pelos demandantes, sobre a emissão e envio da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, prazo segundo o qual começará a contar a data para pagamento do objeto contratado.

6.8 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.9 Todas as despesas de envio, transporte, carga, descarga, substituição ou acréscimo de gêneros e outras para efetiva entrega dos produtos, correrão por conta do fornecedor.

6.10 As contratadas deverão tomar medidas para garantir a segurança e o bem estar dos motoristas que fazem o transporte das cargas, bem como daqueles que participam do descarrego do material, evitando transtornos relativos ao atraso no descarregamento, bem como sobrecarga de trabalho de todos os envolvidos nestes procedimentos. Para isso será necessário, além de outras medidas:

- Informar ao gestor ou fiscal de contrato, com no mínimo 24 horas de antecedência, a data e a hora da entrega dos itens, bem como evitar a chegada aos locais de descarrego após às 16:00, pois a maioria dos Laboratórios encerram suas atividades às 17 horas, ocasionando transtornos e pressão para que o descarregamento seja feito de forma apressada;
- Providenciar com antecedência mínima de 24 horas a logística de descarrego, evitando imprevistos que possam atrasar a entrega dos materiais e ocasionar transtornos aos envolvidos no processo.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE
1.	Núcleo para suíno em fase de gestação e lactação. Deve conter os seguintes ingredientes: Farinha de Carne e Ossos de Bovino, Minerais, Vitaminas, dentre outros. Níveis de garantia: conforme descrição do termo de referência.	233943	Saco de 25 kg	20
2.	Ração pronta farelada Suínos em fase de Lactação. Formulada com Milho, Farelo de Soja, Minerais, Vitaminas e Aditivos. Com 18% de proteína bruta (PB) e conforme descrição do termo de referência.	233670	Saco de 40 kg	329
3.	Ração pronta peletizada suíno fase de reprodução deve conter os seguintes ingredientes: Farelo de soja (Agrobacterium sp.), milho integral moído (Agrobacterium tumefaciens), minerais, vitaminas, dentre outros. Deve garantir os seguintes níveis de garantias por kg: Com 18% de proteína bruta (PB) e conforme descrição do termo de referência.	265575	Saco de 40 kg	754
4.	Ração pronta peletizada suíno fase inicial deve conter os seguintes ingredientes: Farelo de soja (Agrobacterium sp.), milho integral moído (Agrobacterium tumefaciens), vitaminas, minerais, dentre outros. Deve garantir os seguintes níveis de garantias por kg: Com 19% de proteína bruta (PB) e conforme descrição do termo de referência.	246375	Saco de 40 kg	317
5.	Ração pronta suíno pré-inicial deve conter milho moído e farelo de soja, misturados ao na seguinte proporção: 40% de milho moído, 40% de Nucleus e 20% de farelo de soja. Deve conter os seguintes taxas de garantias: Com 19% de proteína bruta (PB) e conforme descrição do termo de referência.	233795	Saco de 40 kg	64
6.	Ração para alevinos de peixes em pó extrusado fino, com: proteína bruta mínima de 52%. Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.	296789	Saco de 25 kg	44
7.	Ração para peixes em fase inicial, extrusada, diâmetro de 1,5 – 2 mm, com: proteína bruta mínima de 40%. Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.	414385	Saco de 25 kg	20

8.	Ração para peixes em fase de recia, extrusada, diâmetro de 2 – 4 mm, com: proteína bruta mínima de 35%. Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.	414383	Saco de 25 kg	30
9.	Ração para peixes em fase de engorda, extrusada, diâmetro de 4 – 6 mm, com: proteína bruta mínima de 32%. Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.	298909	Saco de 25 kg	120
10.	Ração para peixes em fase de engorda, extrusada, diâmetro de 6 – 8 mm, com: proteína bruta mínima de 32%. Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.	453430	Saco de 25 kg	500
11.	Ração para peixes carnívoros em fase de engorda, forma física extrusado, diâmetro de 14 – 20 mm, com: proteína bruta mínima de 28%. Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.	232103	Saco de 25 kg	120
12.	Ração para peixes; peletes de 2 - 3 mm; extrusada; para espécie carnívora. Proteína Bruta de 45%. Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.	268026	Saco de 25 kg	8
13.	Ração para peixes; peletes de 4 - 6 mm; extrusada; para espécie carnívora. Proteína Bruta de 45%. Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.	411813	Saco de 25 kg	91
14.	Ração para pós-larvas de camarões, peletizada e apresentada na forma de partículas desintegradas, diâmetro de 1 – 1,6 mm, com: proteína bruta mínima de 40%. Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.	623707	Saco de 25 kg	13
15.	Ração para camarões, em fase de engorda, extrusada e apresentada na forma de partículas com diâmetro de 1,7 – 3 mm, com: proteína bruta mínima de 35%. Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.	261918	Saco de 25 kg	64
16.	Farelo de trigo. Com níveis de garantia que incluem umidade máxima de 13,5% e proteína bruta mínima de 14%. Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.	293606	Saco de 30 kg	48
17.	Óleo de soja refinado ou degomado (líquido a temperatura ambiente), Ingrediente utilizado especificamente para alimentação animal.	416665	Litro	36

18.	Sal tipo comum NaCl (moído e iodado). Fornecer em sacos contendo embalagens individuais de 1kg. Validade mínima 12 meses no ato da entrega.	291893	kg	100
19.	Cistos de artemia seco, características adicionais: taxa de eclosão maior que 75%.	286132	kg	5
20.	Ração pronta triturada isenta de ingredientes de origem animal para aves de postura na fase de crescimento (8 a 16 semanas de idade). Os ingredientes fundamentais contidas nessa ração são milho moído e farelo de soja, Proteína Bruta (mín.): 180 g/kg. Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.	265558	Saco de 40 kg	85
21.	Ração pronta triturada isenta de ingredientes de origem animal para aves de postura na fase inicial (1 a 7 semanas de idade). Os ingredientes fundamentais contidas nessa ração são milho moído e farelo de soja, com Proteína Bruta (mín.): 220 g/kg. Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.	320939	Saco de 40 kg	37
22.	Ração pronta triturada isenta de ingredientes de origem animal para aves de corte na fase inicial (1 a 7 dias de idade). Os ingredientes fundamentais contidas nessa ração são milho moído e farelo de soja, com Proteína Bruta (mín.): 220 g/kg. Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.	265554	Sc de 40 kg	3
23.	Ração pronta peletizada para bovinos em fase inicial-bezerros, garantindo os seguintes níveis de garantias: Proteína Bruta (Mín) 210g /kg. Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.	322584	Saco de 40 kg	274
24.	Ração pronta para bovinos, mineral e vitamínico, aplicação novilha recria, dosagem componentes pb: 16%, ndt: 63% a 65%. Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.	374183	Saco de 40 kg	350
25.	Suplemento premix mineral e vitamínico para bezerros lactantes. Composição básica: leite em pó, vitamina A, vitamina D3, vitamina E, sulfato de ferro, sulfato de cobre, sulfato de manganês, sulfato de zinco, iodato de cálcio, sulfato de cobalto, selenito de sódio. Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.	374180	Saco de 10 kg	40
26.	Feno de capim Tifton 85 em fardo de 5 kg ou embalado em embalagem apropriada, aplicação alimentação animal, apresentando proteína bruta de 18%, nutrientes digestivos totais de 75% a 80% e umidade de 10% a 15%.	467060	kg	100

27.	Ração pronta para equinos peletizada que garanta os seguintes níveis de garantias: Proteína Bruta (mín.) 13%. Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.	245282	Saco de 40 kg	50
28.	Ração peletizada pronta para coelhos. Composição básica: Farelo de Trigo, Farelo de Soja, Casca de Arroz Moída, Calcário Calcítico, Cloreto de Sódio (Sal Comum), Vitaminas e Minerais. Proteína Bruta (mín) 130g/kg (13%). Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.	458083	Saco de 40 kg	108
29.	Núcleo mineral vitamínico completo para suíno, fase inicial saco com 20 kg. Com data de validade não inferior 6 meses a partir da data de entrega.	233946	Saco de 25 kg	17
30.	Ração pronta ovino peletizada. Composição básica: Milho Moído, Farelo de Trigo, Farelo de Arroz, Farelo de Soja, minerais e vitaminas. Proteína Bruta (mín) 180 g/kg (18%). Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.	228090	Saco de 25 kg	240
31.	Ração pronta peletizada ou farelada para frango de corte fase final, proteína bruta mínima 38%. Composição básica: Composição: Milho Moído, Farelo de soja, minerais e vitaminas. Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.	265554	Saco de 40 kg	35
32.	Ração pronta isenta de ingredientes de origem animal para frango de corte caipira em fase de engorda (51 a 85 dias de idade). Os ingredientes fundamentais contidas nessa ração são milho moído e farelo de soja com Proteína Bruta (mín.): 120 g. Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.	265556	Saco de 40 kg	98
33.	Ração pronta para galinhas de postura caipira em fase de produção. Ela deve ser isenta de ingredientes de origem animal. As aves de postura em produção a partir 16 semanas. Os ingredientes fundamentais contidas nesta ração são farelo de milho e farelo de soja com Proteína Bruta (mín) 170g/kg (17%). Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.	265560	Saco de 40 kg	453
34.	Ração pronta triturada isenta de ingredientes de origem animal para codornas japonesas na fase inicial de crescimento (1 a 21 dias de idade). Os ingredientes	324802		4

	fundamentais contidas nesta ração são farelo de milho e farelo de soja com Proteína Bruta (mín.): 22%. Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.		Saco de 40 kg	
35.	Ração pronta triturada isenta de ingredientes de origem animal para codornas na fase de postura e crescimento (22 a 50 dias de idade). Os ingredientes fundamentais contidas nessa ração são milho moído e farelo de soja com Proteína Bruta (mín.): 18%. Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.	320939	Saco de 40 kg	7
36.	Ração pronta isenta de ingredientes de origem animal para codorna de postura em fase de postura com os seguintes ingredientes fundamentais: farelo de milho moído, farelo de soja, minerais e vitaminas, Proteína Bruta (Mínimo) 220,00 g/kg. Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.	352068	Sc de 40 kg	99
37.	Ração pronta peletizada para bovinos em fase de lactação, Proteína Bruta (mín.): 220 g/kg. Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.	374182	Sc de 40 kg	750
38.	Ração pronta bovina para bezerro lactante; ingredientes: leite em pó, premix mineral e vitamínico, dosagem componentes: pb: 18%, ndt: 75% a 80%. Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.	374180	Sc de 25 kg	80
39.	Ração pronta bovina, ingredientes: premix mineral e vitamínico, aplicação: ração pré-parto, dosagem componentes: pb: 18%, ndt: 65% a 68%. Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.	374184	Saco de 40 kg	100
40.	Suplemento alimentar para equinos, tipo: mineral, ingredientes: Ca, P, Mg, Na, Zn, Cu, Mn, Fe, Se e I, apresentação: em bloco, características adicionais: pronto p/ uso.	444891	Blocos de 6 kg	10
41.	Suplemento alimentar para vacas de leite no pré-parto; tipo: mineral aniônico pronto, aplicação: veterinária, aspecto físico: pó.	255755	Sc de 30 kg	20
42.	Suplemento mineral para bovinos com a seguinte composição: Aditivo Palatabilizante, Calcário Calcítico; Cloreto de sódio (38,6%) (sal comum); Enxofre ventilado (flor de enxofre); Fosfato bicálcico; Iodato de cálcio; Óxido de magnésio, Óxido de zinco, Selenito de sódio; Sulfato	445153	Sc de 25 kg	30

	de cobalto; Sulfato de cobre; Sulfato de manganês; Sulfato ferroso. Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.			
43.	Suplemento mineral bovinos em fase de lactação. Composição básica: Fosfato bicálcico, calcário calcítico, enxofre ventilado (flor de enxofre), sulfato de cobre, monóxido de manganês, sulfato de cobalto, selênio de sódio, iodato de cálcio, cloreto de sódio, óxido de zinco. Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.	328032	Sc de 25 kg	30
44.	Suplemento mineral e vitamínico para bovinos em fase de recria. Composição básica: Aditivo Probiótico, Sulfato de Zinco, Sulfato de Cobalto, Quelato de Cromo, B.H.T. Antioxidante, Vitamina B1, Vitamina A, Vitamina D3, Vitamina E, Palatabilizante e Carbonato de cálcio.. Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.	472415	Sc de 25 kg	20
45.	Ração pronta peletizada ovinos em lactação. Composição básica: Milho Moído, Farelo de Soja, minerais e vitaminas. Proteína Bruta (mín) 180g/kg (18%). Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.	270756	Sc de 40 kg	100
46.	Ração para cabras em lactação, níveis de garantia: Proteína Bruta(min) 220,00 g/kg; Extrato Etéreo (min) 25,00 g/kg. Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.	270756	Sc de 40 kg	600
47.	Ração pronta peletizada ovinos. Composição básica: Milho moído farelo de arroz- farelo de arroz desengordurado- farelo de soja- fosfato bicalcico- farelo de trigo e sal. Proteína Bruta(Mín): 160 g/kg. Níveis de garantia conforme descrição do termo de referência.	427759	Sc de 40 kg	150

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 997.243,13

8.1 O valor estimado da contratação é de R\$ **997.243,13** (Novecentos e noventa e sete mil, duzentos e quarenta e três reais e vtreze centavos).

8.2 Os preços inicialmente contratados permanecerão fixos e irremovíveis pelo prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, conforme determinação legal. Decorrido esse período, os preços serão reajustados automaticamente pelo Contratante, independentemente de solicitação do Contratado, aplicando-se o índice IPCA apenas às obrigações iniciadas e concluídas após a anualidade.

8.3 O IPCA/IBGE foi definido como índice de reajuste por se tratar de contrato de fornecimento de bens de consumo, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. A escolha do índice se justifica por sua correlação com os preços de mercado, por sua estabilidade e por atender às recomendações da AGU e ao entendimento do TCU, evitando a utilização de indicadores mais voláteis, como o IGP-M.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando a propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens;

9.2 Nos termos do art. 40, §§ 2º e 3º da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento constitui regra nas contratações públicas quando o objeto for divisível e não houver prejuízo técnico ou econômico para a Administração.

9.3 No caso da aquisição de ração animal destinada aos laboratórios do CCHSA/CAVN/UFPB, o objeto é materialmente divisível, pois compreende diferentes tipos de ração formuladas para espécies e fases produtivas distintas (avicultura, bovinocultura, caprinocultura/ovinocultura, suinocultura, aquicultura, entre outras), podendo ser fornecidas de forma independente por diversos fornecedores do mercado especializado.

9.4 O parcelamento por item não compromete a padronização nutricional nem a execução contratual, tampouco gera perda de economia de escala relevante, considerando que os produtos são bens comuns amplamente comercializados.

9.5 Ao contrário, o fracionamento por item amplia a competitividade, possibilitando a participação de empresas que atuam em segmentos específicos de nutrição animal, promovendo maior vantajosidade para a Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não serão necessários para estes serviços a realização de contratações interdependentes;

10.2 Não serão necessárias contratações correlatas para os Serviços.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A aquisição de rações dos Laboratórios de produção animal do CCHSA/CAVN/UFPB está prevista no plano anual de contratações 2026 do CCHSA.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação visa assegurar o fornecimento contínuo e adequado de ração animal para os laboratórios do CCHSA/CAVN/UFPB, garantindo a manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas nas áreas de produção animal.

Como benefícios diretos, destacam-se: a preservação da saúde e do bem-estar dos animais mantidos nos laboratórios, a estabilidade dos protocolos experimentais, a regularidade das atividades práticas acadêmicas das aulas, da pesquisa e extensão, a mitigação de riscos sanitários decorrentes de alimentação inadequada e a prevenção de perdas produtivas ou óbitos.

Além disso, a contratação contribui para maior eficiência administrativa, ao assegurar previsibilidade no abastecimento e redução de contratações emergenciais.

13. Providências a serem Adotadas

Não será necessária nenhuma providência de adequação prévia.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A aquisição de ração animal e suplementos apresenta impactos ambientais de baixa relevância, limitando-se, principalmente, à geração de resíduos sólidos provenientes das embalagens (sacarias plásticas ou de rafia) e ao transporte dos produtos até o campus.

Como medida mitigadora, as embalagens serão prioritariamente reutilizadas nas atividades agrícolas desenvolvidas no Campus III da UFPB, prolongando seu ciclo de vida. Após o reaproveitamento, os resíduos serão destinados à coleta seletiva solidária, conforme Termo de Compromisso firmado entre a UFPB, por meio da Comissão Permanente para a Coleta Seletiva Solidária, e a CATASOL (Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Solânea – PB), garantindo destinação ambientalmente adequada, nos termos da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

A contratação não envolve processos produtivos no âmbito do CCHSA da UFPB, restringindo-se ao fornecimento de bens industrializados, não havendo geração direta de efluentes, emissões atmosféricas ou resíduos perigosos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante da necessidade, justifica-se a viabilidade ante a solução apontada, além de sua previsibilidade no planejamento anual do órgão.

A viabilidade da contratação decorre da análise técnica realizada neste Estudo Técnico Preliminar, que demonstrou que a aquisição de ração animal industrializada constitui a solução mais adequada e economicamente vantajosa para atendimento das demandas dos laboratórios do CCHSA/CAVN/UFPB.

Verificou-se a existência de ampla oferta no mercado fornecedor, a divisibilidade do objeto sem prejuízo técnico, a compatibilidade dos quantitativos estimados com o histórico de consumo e a previsão da contratação no Plano de Contratações Anual 2026, não havendo óbices técnicos, operacionais ou ambientais à sua execução.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDINO FARIAS DOS SANTOS

Membro da comissão de contratação

FABIANO QUEIROGA DA SILVA

Membro da comissão de contratação

KELVIN BRENAND DA SILVA

Membro da comissão de contratação



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS

(Processo Administrativo nº23074.007707/2026-28)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
(A)
E

A Autarquia Universidade Federal da Paraíba, por intermédio do(a) Centro de Ciências Humanas, Sociais E Agrárias, com sede no(a) rua João Pessoa, s/n, Campus Universitário III, Centro, CEP: 58220-000, na cidade de Bananeiras/PB, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 24.098.477/0010-00, neste ato representado(a) pelo(a) Diretora Fabícia Sousa Montenegro, nomeado(a) pela Portaria nº 780/2024, de 19 de novembro de 2024, publicada no DOU de 22 de novembro de 2025, portador da Matrícula Funcional nº 1731119, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa]OU[procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº 90002/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de Aquisição de ração animal para suprir as demandas dos Laboratórios do CCHSA/CAVN da UFPB, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						

...						
-----	--	--	--	--	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **5 anos** contados do(a) **assinatura do contrato**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.2. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. *O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**8.1. São obrigações do CONTRATANTE:**

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 8.1.8.1. A Administração terá o prazo de **XXXXXXX**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **XXXXXX**;
- 8.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.28. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro

individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMAQUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMASÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial

na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMOITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Paraíba, Subseção Judiciária de Guarabira, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local],[dia]de[mês] de[ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS

Processo Administrativo nº 23074.007707/2026-28

Ata de Registro de Preços nº **XX/XXXX**

O(A) Universidade Federal da Paraíba – Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias, com sede no(a) rua João Pessoa, s/n, Campus Universitário III, Centro, CEP: 58220-000, na cidade de Bananeiras/PB, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 24.098.477/0010-00, neste ato representado(a) pelo(a) Diretora Fabrícia Sousa Montenegro, nomeado(a) pela Portaria nº 780/2024, de 19 de novembro de 2024, publicada no DOU de 22 de novembro de 2024, portador da Matrícula Funcional nº 1731119, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90002/2026., publicada no de/202....., processo administrativo nº 23074.007707/2026-28, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de Aquisição de ração animal para suprir as demandas dos Laboratórios do CCHSA/CAVN da UFPB, especificado(s) no(s) item(ns) 1-51 do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação nº 90002/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias da UFPB que gerenciará a ata de registro de preços.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado

5.1.2. O contratado decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCPe ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou aplanilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em.... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes **e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).**

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade